



A pandemia da Covid-19 provocou importantes mudanças no ambiente econômico nacional e internacional, que levaram a um cenário de aumento do endividamento público e privado, fechamento de empresas, aumento do desemprego e piora das condições socioeconômicas da população brasileira.

Neste contexto, o debate em torno da Reforma Tributária – *inicialmente restrito à transformação da migração da tributação da produção para o consumo, na modelagem de tributação sobre o valor agregado (IVA), com foco na simplificação* – passou a incorporar, com maior força, questões distributivas e ambientais.

Na medida em que foram sendo realizadas novas audiências públicas da Comissão Mista da Reforma Tributária durante a pandemia, bem como os debates paralelos organizados por instituições e entidades do setor produtivo, de entes da federação e de organizações não governamentais, foi sendo evidenciado que o cenário econômico havia se deteriorado, principalmente para os setores econômicos de comércio e serviços – *hoje, os grandes empregadores do país e que figuram como os mais prejudicados na redistribuição de carga tributária entre setores nas propostas de reforma em tramitação.*

Outra situação que emerge é a questão fiscal dos entes federados – *União, Estados e Municípios* – com o crescimento do endividamento proveniente do aumento das despesas adotado durante a pandemia, associado à redução das receitas advindo da retração da atividade econômica. A queda do PIB está estimada em 5,3% para este ano, de acordo com o Relatório Focus, do Banco Central, divulgado nesta terça (13).

Nessa perspectiva, a pandemia do coronavírus reduziu sobremaneira o espaço para acomodar as perdas de agentes públicos e privados, considerando ainda que mesmo no longo prazo a recuperação tende a ser lenta em virtude da compensação do ciclo recessivo que vem desde 2014 e que ainda permanece, uma vez que a economia não tinha dado sinais de recuperação consolidada em 2019, período antecedente à pandemia.

Fundos Regionais

A criação de fundos regionais para compensar eventuais perdas de arrecadação é ponto central da discussão em torno das propostas de Reforma na perspectiva dos entes federados subnacionais. Estados e grandes municípios – *que avaliaram possível perda de receita com as propostas de reforma apresentadas até então* – tem defendido a criação de tais fundos e aderiram à proposta do [Simplifica Já](#) – *movimento que defende a melhoria imediata do sistema tributário, por meio de medidas infraconstitucionais, sem a unificação do ICMS e ISS, mas com uma nova legislação nacional padronizada sobre o ICMS e ISS, todos cobrados no destino.*

Contudo, o Governo Federal tem negado qualquer criação de fundo, na medida que a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) não cogita promover a estruturação e subsídios de *funding* para as equalizações. Não por acaso, a primeira etapa da proposta do Governo procurou evitar disputas federativas, ao limitar à unificação de dois tributos federais (PIS/COFINS), sinalizando a aderência ao IVA dual, que não contraria os entes subnacionais, já que fica mantida parte da competência tributária entre Estados e Municípios.

Progressividade, renda e novos tributos

A progressividade do sistema e a tributação sobre a renda e o patrimônio também foram princípios fortalecidos no ambiente atual. A tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos se mostrou unânime entre os técnicos convidados ao longo das audiências em 2020 e o tema conta com o apoio da equipe econômica do governo federal.

Outro ponto que vem ganhando mais consciência nos debates é a ideia do Governo Bolsonaro em buscar alternativas para a tributação das operações digitais, como fonte de receita adicional e como forma de viabilizar a desoneração da folha, que representa parte substancial do bolo arrecadatório.

Ao apresentar a proposta da CBS ([PL 3887/2020](#)) o governo usou a questão da apreciação do veto presidencial à prorrogação da desoneração da folha de salários para negociar o imposto sobre operações digitais, que seria uma variável da extinta CPMF, e agora, mais recentemente, o governo tentou associá-lo à criação do Programa Renda Cidadã, programa social que visa substituir o Bolsa Família. O objetivo foi trazer um apelo social e econômico que sirva de discurso para amenizar a repercussão negativa do novo imposto.

Articulação Política

Essa discussão foi gestada contando com a nova estrutura de articulação política que o presidente Bolsonaro implementou, com o ingresso de parlamentares do Centrão, bloco informal de partidos que hoje formam uma coalização de apoio ao governo, notadamente, o PP, PL, PRB e PSD.

Como consequência da nova estrutura de articulação com o Congresso, Guedes passou a ter um papel menor na negociação política, embora permaneça como a principal referência do governo para a questão tributária. Ganham destaque os líderes partidários, em especial, o líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado Ricardo Barros (PP-PR), e o ministro General Luiz Ramos (Secretaria Geral).

Nesse contexto, os movimentos políticos indicam que o apoio do governo à Reforma Tributária que está em discussão no Congresso Nacional, na forma da [PEC 45](#) ou [da PEC 110](#), está associado à criação do imposto digital e à desoneração da folha de salários. Assim, a nova estratégia passa por articular uma solução integrada que permita absorver a despesa fiscal da derrubada do veto presidencial que prorroga a desoneração da folha para 17 setores econômicos; emplacar o novo imposto digital; e financiar um novo programa social de renda básica – *este sem soluções contábeis criativas que não comprometam a credibilidade do governo.*

O grande desafio é equacionar possíveis novas despesas, que também incluem os Fundos para atender Estados e Municípios, de maneira a manter-se dentro do limite do teto de gastos. Essa preocupação ficou mais latente depois que o governo apresentou a Reforma Administrativa para os novos servidores públicos. Entretanto, diante do inevitável crescimento da dívida pública, mostra-se necessário promover alterações que reduzam mais despesas obrigatórias, subsídios e despesas de manutenção da máquina pública federal e alguns programas.

Possivelmente serão utilizadas simultaneamente soluções que virão da PEC Emergencial e do Pacto Federativo, além da Lei Orçamentária Anual para 2021. Cabe destacar que todas as soluções abaixo do teto serão politicamente negativas, pois implicam o corte de recursos ou aumento de receitas (novo tributo digital).

Assim, o cenário político assume a dominância do ambiente econômico, que repercute também nas eleições, tanto as municipais quanto as internas para as Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Comissão Mista

O relator da Comissão Mista da Reforma Tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deverá apresentar seu relatório nos próximos dias, provavelmente evitando ganhos de setores econômicos em detrimento de outros, ou seja, mantendo o equilíbrio para que os ganhadores não "levem tudo", nem perdedores "percam tudo", todos sairão "minimamente insatisfeitos". Há ainda uma tendência de incorporação da tributação sobre lucros e dividendos, bem como de mecanismos que permitam reduzir a tributação sobre o consumo ante a ampliação da tributação sobre a renda e de bens e serviços com externalidades negativas, inclusive sobre aspectos ambientais.

O debate em torno do texto apresentado só deverá ocorrer após as eleições municipais – *segundo turno em 29 de novembro*. O próprio presidente da Comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), tem admitido a dificuldade de mitigar os dissensos até o final de outubro e trabalhou para a prorrogação dos trabalhos do colegiado para 10 de dezembro – *apenas 11 dias após o segundo turno da eleições municipais e 12 dias antes da previsão de encerramento dos trabalhos do Congresso Nacional em 2020*.

Tais movimentos reforçam a leitura de que o calendário legislativo não se mostra propício para uma votação sobre uma reforma que altera não apenas a tributação das empresas, mas também altera as estruturas de poder dos entes da federação.

Assim, numa perspectiva otimista, os consensos com a aprovação de um "texto base" para Reforma Tributária constitucional só deverá ocorrer no ano de 2021, com efeitos a partir de 2022.

Audiências Públicas

Os últimos debates havidos na Comissão Mista da Reforma Tributária contaram com a participação de especialistas, representantes dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, formuladores das PEC 45 e PEC 110, do ramo da educação e da economia digital, da atividade fiscal e defensores da tributação com foco nas questões ambientais.

17/09/2020 | Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf)

O evento não contou com divergências entre os convidados, que apoiam uma Reforma Tributária com um ICMS nacional e uma legislação única para o ISS, sem que haja a promoção da fusão desses tributos. Assim, sugeriram a criação de uma legislação nacional sobre os dois impostos, com o estabelecimento de um padrão de tributação, que acabaria com as legislações assessórias, mas manteria a autonomia dos estados e municípios em seu recolhimento e aplicação.

O presidente da Abrasf, **Vitor Puppi**, apresentou os resultados de simulações quanto à aplicação da PEC 45/2019, que demonstram perdas da ordem de R\$ 13,5 bilhões para os grandes municípios (capitais), sem considerar a tendência de aumento da arrecadação de ISS (que ampliaria as perdas para os anos vindouros). Em relação ao PIS/Cofins, a associação apoiou a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) apresentada pelo governo ([PL 3887/2020](#)).

Puppi também considerou que os aumentos de preços dos serviços provocados pela [PEC 45/19](#) devem impactar negativamente as contas públicas, pois o setor público é um grande consumidor de serviços. A associação defendeu ainda a desoneração parcial da folha de salários, numa relação inversa do número de funcionários e da Contribuição Previdenciária Patronal. Por fim, manifestou apoio ao "[Simplifica Já](#)", movimento de entidades representativas de setores públicos e privados que defendem a melhoria imediata do sistema tributário nacional (medidas infraconstitucionais).

O presidente da FNP, **Jonas Donizette**, apoiou integralmente a apresentação da Abrasf e destacou que o ISS já é um imposto praticamente eletrônico com fácil arrecadação e as mudanças propostas nas PEC geram insegurança para as grandes prefeituras.

Na mesma linha, o **senador Major Olimpio (PSL-SP)**, que presidiu parte da reunião na ausência do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), apoiou as posições manifestadas pela Abrasf e FNP.

18/09/2020 | Especialistas: economistas e advogados

Participaram desta reunião o professor **Eduardo Fagnani**, do Instituto de Economia da Unicamp; o advogado e pesquisador da FGV/SP, **Aristóteles de Queiroz Câmara**; o diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), **Fausto Júnior**; o advogado e Procurador Tributário do Conselho Federal da OAB, **Luiz Gustavo A. S. Bichara**; o economista e Presidente do Insper, **Marcos Lisboa**; e o Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), **Sérgio Wulf Gobetti**.

Houve consenso entre os especialistas e advogados da necessidade de uma Reforma Tributária que corrija distorções do sistema atual, entretanto, com divergências quanto ao foco do ajuste. A principal mensagem dos especialistas foi da necessidade de aumentar a progressividade da tributação sobre a renda e o patrimônio para reduzir a tributação sobre o consumo. O relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), informou que está atento a isso em seu relatório.

Eduardo Fagnani (Unicamp) criticou o foco da Reforma Tributária exclusivamente nos impostos sobre consumo por agravar as distorções existentes, pois metade da receita tributária vem do consumo, enquanto os tributos sobre a renda e o patrimônio correspondem a 20% do total. Como encaminhamento, destacou a necessidade de avançar sobre a tributação de lucros e dividendos e de rendas mais elevadas, pois segundo ele, taxando 0,3% da população seria possível aumentar a arrecadação em R\$ 290 bilhões por ano.

Fausto Júnior (Dieese) destacou que a proposta do governo de apresentar a Reforma Tributária em partes gera incerteza e, também, que considera necessário taxar lucros e dividendos para reduzir a desigualdade, além da correção das distorções tributárias geradas pela complexidade, regressividade e falta de transparência do sistema tributário atual.

Marcos Lisboa (Insper) também considerou necessário reduzir a tributação das empresas e aumentar a tributação da renda, incluindo dividendos. Segundo ele, a reforma aumentará a produtividade da economia e, neste sentido, correlacionou o baixo crescimento do Brasil em relação a outros países emergentes com as distorções do sistema tributário que induzem investimento em atividades pouco produtivas.

Luiz Gustavo Bichara (OAB) comentou a possibilidade de uma alíquota em torno de 30% para o IVA após a fusão dos tributos sobre consumo e, por esta razão, sugeriu ao menos três alíquotas para suavizar os impactos do novo tributo sobre os setores econômicos, com destaque para os segmentos de saúde, educação e energia elétrica, além de alertar para o problema que chamou de “demonização” dos subsídios.

Aristóteles de Queiroz (FGV-SP) defendeu o fim da cumulatividade dos impostos, a tributação no destino e a unificação dos tributos sobre consumo, pois considera que a separação de impostos por bases econômicas (indústria, comércio e serviços) estimula a guerra fiscal. O diretor ainda destacou que considera que a “gestão compartilhada” de tributos não fere o princípio do federalismo. Tese defendida por alguns especialistas.

Sérgio Gobetti (IPEA) também defendeu a unificação dos impostos sobre o consumo numa alíquota única para corrigir o cenário atual de alta tributação sobre a indústria em relação ao setor de serviços.

24/09/2020 | Representantes do “Fisco” e da pauta “Socioambiental”

Participaram desta reunião o coordenador do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), **André Lima**; o presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), **Célio Fernando de Souza Silva**; o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), **Charles Johnson da Silva Alcântara**; o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), **Mauro Silva**; e o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), **Kleber Cabral**.

André Lima (IDS) propôs a eliminação de subsídios para atividades poluentes e combustíveis e, no sentido inverso, benefícios aos produtores e prestadores de serviços que contribuam para proteção e sustentabilidade ambiental, por meio da criação de um Cadastro Nacional de Atividades Verdes. Além disso, sugeriu a utilização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), em que há previsão constitucional, como mecanismo de combate a emissão de poluentes, além da criação Cide Uso do Solo, sem função arrecadatória (extrafiscal) para desestimular o uso improdutivo e insustentável do solo rural. Neste sentido, também propôs que o atual Imposto sobre a Propriedade Territorial (ITR), tenha maior caráter arrecadatória para os municípios.

Entre os representantes da área fiscal houve consenso sobre a necessidade de ampliar o debate da Reforma Tributária para além da tributação sobre o consumo, mas também que incorpore dispositivos para aumentar a progressividade do sistema tributário (tributação sobre a renda e patrimônio). **Kleber Cabral** (Sindifisco Nacional) defendeu a necessidade de um sistema tributário simples, transparente e neutro, mais também justo, que distribua o peso da carga tributária sobre os contribuintes em função de sua capacidade contributiva (maior progressividade). Em relação as propostas que tramitam no Congresso criticou a transição longa, em que os dois sistemas tributários coexistem, aumentando a complexidade para as empresas, bem como, a adoção de um IVA dual (tributos federais separados dos estaduais e municipais) que tenha tratamento diferenciado para os segmentos de saúde e educação.

Célio Fernando (Fenafim) destacou a necessidade de a Reforma oferecer maior segurança jurídica, transparência, simplicidade e menos regressividade para melhorar o ambiente de negócios no país. Já **Charles Johnson** (Fenafisco) criticou as propostas que tramitam no Congresso, pois considera que estão desconectadas da realidade nacional e da Constituição Federal de 1988, por não apontar para um sistema progressivo que capacita financeiramente o Estado para reduzir as desigualdades, principalmente após a pandemia do coronavírus.

Mauro Silva (Unafisco) também avaliou que as principais propostas que tramitam no Congresso limitam o debate da reforma à simplificação tributária, considerando necessário mecanismos que reduzam as desigualdades regionais. Ele também defendeu o fim do que chamou de “privilégios tributários” para algumas atividades e empresas; o fim da tributação regressiva; a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas; a tributação de lucros e dividendos; e limitação da aplicação do Simples Nacional à empresas com faturamento de até R\$ 1,2 milhão por ano. Segundo Mauro Silva, o país perde R\$ 324 bilhões por ano com privilégios tributários.

O **deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP)** afirmou que a prioridade deve ser destravar o crescimento econômico, que seja “pró-produção”, mas ponderou que certamente a complexidade do sistema tributário brasileiro contribui para uma maior concentração de renda. Contudo, disse que é melhor criar bilionários e ricos, que multiplicar miseráveis como acontece em outros países que erram ainda mais no seu sistema tributário. O deputado defendeu o desenvolvimento sustentável e disse que não concorda com benefícios tributários para plataformas “mais verdes”, mas apoia a tributação extra para aquelas plataformas que são nocivas, como as “*de carbono, de açúcar, de tabaco*”.

Já o **deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP)** informou que esperava dos técnicos que participaram da audiência uma visão holística que não se restringisse ao sistema tributário, mas aos impactos econômicos entre outras questões que não estão sendo incorporadas no debate, mas que ao contrário disto, os tributaristas se limitam num ponto de vista ideológico de fazer justiça social com os nossos impostos. Por fim chamou os tributaristas de “justiceiros”, pois considera que são nas escolhas orçamentárias e não na arrecadação tributária que as desigualdades nacionais serão enfrentadas.

25/09/2020 | “Educação” e “Economia Digital”

Participaram da reunião a Conselheira do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e vice-presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP), **Amábile Pácios**; o Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (FENAINFO), **Edgar Serrano**; a Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), **Elizabeth Guedes**; o representante da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e.Net), **Rodrigo Petry**; o engenheiro mecânico e empresário, **Miguel Abuhab**; e o presidente executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), **Sérgio Paulo Gallindo**.

Amábile Pácios (FENEP) afirmou que tanto as propostas do governo (PL 3887/2020), quanto a PEC 45/2019, promovem expressiva elevação das mensalidades escolares, e neste sentido, há expectativa de um tratamento diferenciado para a educação nas propostas de Reforma Tributária, visando garantir o direito de inúmeros estudantes estarem numa escola particular, ponderando que as famílias com baixa renda também têm filhos matriculados em escolas privadas. Foi ressaltado ainda que a educação particular emprega mais de 1,7 milhão de trabalhadores e desonera o estado em R\$ 225 bilhões.

Elizabeth Guedes (ANUP), que também é irmã do Ministro da Economia, Paulo Guedes, complementou as informações estatísticas com considerações políticas do segmento da educação particular e destacou que a maior preocupação, no momento, é com a sobrevivência das escolas privadas e a consequência do aumento do desemprego, a transferência da despesa do serviço educacional privado para o setor público, além da perda de produtividade e competitividade do país. Por fim, destacou a importância do Programa Universidade para Todos (ProUni) na inclusão de alunos carentes, que possuem custo inferior aos alunos de escolas públicas, além do efeito positivo de ampliação a renda e cultura para suas famílias, portanto, afirmou que ao retirar a isenção do PIS/Cofins de dentro do programa da bolsa, ele será extinto.

Edgar Serrano (Fenainfo) citou dados da Brasscom para afirmar que 450 mil empregos podem ser perdidos caso a desoneração da folha de salários não seja prorrogada até o final do ano de 2021 e defendeu a queda do veto presidencial que trata do assunto. Já **Sérgio Paulo Gallindo** (Brasscom) defendeu a aprovação da [Emenda nº 44](#), apresentada à PEC 45/2019, que desonera integralmente o emprego, extingue as CIDEs e gera o compromisso de redução de carga tributária ao longo do processo de transição (que seria no máximo de 5 ou 6 anos). Para financiar sua proposta, a Brasscom sugeriu a redução do Estado (Reforma Administrativa) e a ampliação de bases tributáveis, que poderia ocorrer por meio de um novo tributo de movimentação financeira.

Rodrigo Petry (Camara-e.Net) registrou o apoio à Reforma Tributária, mas manifestou contrariedade à criação de um tributo específico para onerar as empresas de economia digital (*digital service tax*), pontuando ainda o desconforto do setor quanto a forma com que a proposta é apresentada: como se as empresas do setor não pagassem impostos no Brasil. Ele explicou que essa é uma premissa equivocada, pois as grandes empresas mundiais da economia digital já estão estabelecidas fisicamente no Brasil e, por conta disso, estão submetidas a tributação brasileira como qualquer outra empresa instalada em território nacional, portanto, a aprovação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA – IBS ou CBS) já incidirá sobre o setor de TIC. Ele alertou ainda que cada país tem uma realidade e, portanto, a solução de outro país pode não servir para o Brasil. No caso, exemplificou com a Europa, que possui vários países relativamente pequenos e próximos e em função disto possuem instalações físicas num país, mas para obter escala de atendimento para viabilizar o negócio atende também outros países vizinhos. O Brasil é um país de dimensão continental que permite ter instalações físicas e escala no seu próprio território, portanto, é necessário avaliar a melhor solução para não inibir os investimentos.

O empresário **Miguel Abuhab** destacou que a tecnologia já oferece os meios para solucionar vários efeitos indesejados do sistema tributário (por exemplo, sonegação, inadimplência, informalidade) ao deixar de atuar sobre a mercadoria e passar para os recursos financeiros que pagam os bens e serviços transacionados. No modelo proposto, a Nota Fiscal eletrônica funciona como um contrato em que as transações bancárias correspondentes passam a ter suporte contábil e fiscal (destaque dos tributos). Desta maneira, o recolhimento será automático pelo sistema bancário (pagamento eletrônico) e transações com suporte contábil, que eliminam todos os efeitos indesejados.

Entre as manifestação dos parlamentares presentes, cabe destaque para a da **senadora Simone Tebet (MDB-MS)** que pediu um “freio de arrumação” em relação ao fluxo dos trabalhos, afirmando que o governo “polui” a discussão da reforma com outros assuntos e que precisa ser mais eficiente no envio das suas sugestões para o Congresso, principalmente ao fatiar sua proposta.

25/09/2020 | Representantes dos governos (nacional e subnacionais) e formuladores das principais Propostas de Emenda Constitucional que tramitam no Congresso

A última audiência prevista antes da entrega do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) contou com a participação da assessora especial do ministro da Economia, **Vanessa Canado**; do diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), **Bernard Appy**; do Coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo, **Alberto Macedo**; do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, **José Barroso Tostes Neto**; do ex-deputado federal e mentor intelectual da PEC 110, **Luiz Carlos Hauly**; e do Secretário de Fazenda de Pernambuco, **Décio Padilha**.

Luiz Carlos Hauly sugeriu a eliminação de nove tributos com sua substituição por apenas dois: um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e outro, sobre alguns bens e serviços que a sociedade queira desestimular o consumo (Imposto Seletivo). O foco é uma Reforma Tributária fraterna e solidária que contribua para reduzir as desigualdades (maior progressividade), que simplifique o sistema e não aumente a carga tributária.

Bernard Appy (CCiF), mentor da PEC 45, que tramita na Câmara dos Deputados, destacou um estudo que estima que a unificação e simplificação dos impostos sobre consumo promoveriam ganhos de renda para as famílias de até R\$ 599 bilhões em 15 anos, que poderiam compensar o aumento do preço de alguns serviços privados, além de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 20 pontos percentuais em 15 anos, por conta do aumento da produtividade e da redução geral de custos na economia.

José Barroso Tostes Neto (RFB) se deteve em explicar a primeira proposta encaminhada pelo governo federal ao Congresso (PL 3887/2020), que extingue as contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), um IVA com alíquota de 12%. O secretário defendeu a proposta informando que reduzirá a complexidade, a alíquota média em famílias de renda mais baixa, os contenciosos, as distorções tributárias na cadeia produtiva e, sobretudo, equalizará os tributos entre os diversos setores.

Vanessa Canado (ME) complementou com informações de estudos realizados pela Secretaria de Política Econômica (SPE) que mostram os ganhos de produtividade sobre o crescimento, geração de empregos e aumento da progressividade caso a CBS seja aprovada. Note-se que a assessora se absteve de responder aos questionamentos do **senador Major Olimpio (PSL-SP)** sobre o fim do desconto padrão ou simplificado de 20% no Imposto de Renda Pessoa Física em plena crise sanitária e da **senadora Simone Tebet (MDB-MS)**, sobre as demais fases da proposta do governo.

Décio Padilha (Sefaz-PE) destacou que os governadores apoiam a Reforma Tributária, desde que não gere perdas de arrecadação para os estados, nem aumento da carga tributária. Ele considera determinante a criação de um fundo de desenvolvimento regional para ajudar os estados com infraestrutura deficiente para atrair investimentos industriais. Neste sentido, a **senadora Simone Tebet (MDB-MS)** considerou fundamental superar o problema de eventuais perdas dos estados, destacando que estados como o Mato Grosso do Sul podem retirar o apoio à reforma, inviabilizando sua aprovação, caso tenham perdas.

Alberto Macedo (Secretaria Municipal da Fazenda de SP) defendeu a proposta do movimento Simplifica Já! que unifica em legislação nacional todos os ICMS estaduais, bem como torna os ISS municipais em um ISS nacional, todos cobrados no destino, sem contudo unificar os dois tributos. Ele também apoiou a proposta do governo da criação da CBS e a desoneração parcial da folha de salários com taxaço inversamente proporcional a massa salarial (quanto maior a folha de salários, menor a alíquota). Macedo explicou que a proposta do Simplifica Já! não exigiria alteração constitucional, transição longa, nem fundos regionais, pois tem com eixo principal a simplificação por meio da redução das obrigações acessórias e o fim da guerra fiscal.